



**ACÓRDÃO Nº492/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11726/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Responsável:** Renato Cruz Pereira da Silva (Ordenador de Despesa)
- 4- **Advogado:** Não Possui
- 5- **Órgão:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Barcelos - SAAE
- 6- **Exercício:** 2018
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1402/2020-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Barcelos - SAAE. Exercício de 2018.

*Irregularidade. Multa. Inscrição na Dívida Ativa. Ofício. Notificação. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Renato Cruz Pereira da Silva**, na condição de Gestor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Barcelos – SAAE, referente ao exercício de 2018.
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Renato Cruz Pereira da Silva** no valor de **R\$ 6.827,19** (seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e dezenove centavos), em virtude das impropriedades de **nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36 e 37** da Notificação nº 08/2019-CI/DICAMI, que importam em não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, a diligência do Tribunal, conforme art. 308, inciso II, alínea "a", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM c/c art. 54, inciso II, alínea "a", da Lei nº 2.423/96 (atualizada pela LC nº 204/2020). A multa deverá ser recolhida no prazo de 30 (trinta) dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**.



**ACÓRDÃO Nº492/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Renato Cruz Pereira da Silva** no valor de **R\$ 20.481,60** (vinte mil, quatrocentos e oitenta e um reais e sessenta centavos), em virtude da impropriedade de nº **38**, que importa em ausência de remessa ao Tribunal dos balancetes referentes a receitas e despesas do órgão durante os 12 (doze) meses do exercício de 2018, conforme art. 308, inciso I, alínea "a", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM c/c art. 54, inciso I, alínea "a", da Lei nº 2.423/96 (atualizada pela LC nº 204/2020). A multa deverá ser recolhida no prazo de 30 (trinta) dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.4. Aplicar Multa ao Sr. Renato Cruz Pereira da Silva** no valor de **R\$ 17.654,39** (dezessete mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), em virtude das restrições de nº **39** e **40**, que importam em ato de grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quais sejam o § 1º do art. 1º da LC nº 101/2000 e art. 1º da Resolução nº 03/2013-TCE/AM, respectivamente, conforme art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM c/c art. 54, inciso VI, da Lei nº 2.423/96 (atualizada pela LC nº 204/2020). A multa deverá ser recolhida no prazo de 30 (trinta) dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei



**ACÓRDÃO Nº492/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.5. Autorizar Inscrição na Dívida Ativa do Sr. Renato Cruz Pereira da Silva.**
- 10.6. Oficiar o Instituto Nacional do Seguro Social-inss/am e o Ministério da Economia**, encaminhando-lhes cópia deste Relatório-Voto, para adoção das medidas que entenderem cabíveis acerca da impropriedade de nº 17 do processo em epígrafe.
- 10.7. Notificar o Sr. Renato Cruz Pereira da Silva**, para que tome ciência do decisório.
- 10.8. Arquivar** o presente processo, após trânsito em julgado, nos moldes regimentais.

**11- Ata:** 13ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 20 de Maio de 2020

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral